

# Aperfeiçoamento do pessoal para a expansão econômica do País

RÔMULO DE ALMEIDA

*A inserção autorizada, na "Revista do Serviço Público", das observações do técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que participou da delegação brasileira à Conferência de Rye, constitui deferência do Autor, em vista do inédito e da atualidade das considerações, feitas por quem conhece o ambiente nacional, compara-o com o norte-americano e propõe o problema sob estes aspectos: "ampliação dos quadros técnicos a serviço do desenvolvimento industrial e comercial — e possibilidades de aperfeiçoamento e promoção profissional do pessoal científico e técnico".*

*Da exposição, em termos de convicção e franqueza, resultam — como se verá na próxima conclusão — sugestões para a solução da questão financeira do aperfeiçoamento em país estrangeiro, o que, no momento, justifica esta divulgação.*

**O** BRASIL é um país onde o governo tem responsabilidades muito maiores do que nos grandes países do Ocidente. Com a debilidade da iniciativa, resultante de fracos capitais, sem os horizontes abertos por uma difundida educação econômica, o governo tem sobre os seus ombros pesados encargos, que são agravados pela extrema complexidade da nossa estrutura econômica e social, de território grande e de população esparsa e variada, vivendo estádios e modalidades diversas de vida.

No tocante ao preparo do pessoal científico e técnico (e não apenas da educação geral) êsse encargo do Estado no nosso meio é particularmente relevante, pois não se pode contar com institui-

ções particulares de ensino e aperfeiçoamento, nem com a capacidade financeira dos interessados em galgarem tais oportunidades, ou com o financiamento das empresas privadas. Portanto, se a indústria e o comércio devem contar com pessoal técnico melhor e mais numeroso, só o Estado, diretamente, ou em colaboração e coordenação com os recursos privados, conta com elementos para realizar êste objetivo.

Os casos da Universidade Mauá, fundada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (e que aliás só mantém por enquanto curso médio e superior de comércio e economia), da Escola de Química Industrial que está sendo fundada por iniciativa privada em São Paulo, e de outras escolas técnicas de iniciativa privada são isolados e, na maioria, precários.

Além disto, todo o sistema escolar técnico é insuficiente qualitativamente (já não falemos quantitativamente) para as necessidades da época moderna e do desenvolvimento do país.

Temos a registrar o esforço grandioso do S.E.N.A.I. que, além das suas escolas profissionais de grau médio e elementar, está com um programa de envio de engenheiros e técnicos de categoria superior a oportunidade de aperfeiçoamento.

O S.E.N.A.I., com efeito, já consignou a verba de Cr\$ 1.000.000,00 — para bôlsas nos Estados Unidos, escolhendo dez candidatos com curso universitário e oito outros técnicos, saídos simplesmente das oficinas e laboratórios, além de . . . . Cr\$ 500.000,00 para auxílio a pesquisas tecnológicas.

Ainda se deve acrescentar um número considerável, que já se mede por mais de uma centena, de operários e técnicos que obtiveram bôlsas de aprendizagem, consistindo em estágio numa grande fábrica ou laboratório nacional — o tipo ame-

ricano do *trade fellowship*, que o S.E.N.A.I. aqui adotou, sem contudo onerar as empresas onde são feitos os estágios.

O S.E.N.A.I. é fruto da coordenação de esforços do Estado com a indústria, e seu êxito se deve à estreita ligação com as fábricas, e à administração de esclarecidos líderes industriais. Esta vitoriosa organização resolverá o problema do aperfeiçoamento do operário comum, e abrirá assim caminho à seleção dos mais bem dotados e mais enérgicos para galgarem as categorias superiores, até — como é desejável — as mais elevadas posições de técnica, da direção e do capital. A sua obra deve, pois, ser prestigiada a todo transe, pelo alcance econômico e social, pelo alcance democrático que tem.

A lei de ensino industrial já provê a acessibilidade a graus superiores, através do ensino profissional médio. Resta fomentar a sua efetivação, e mesmo, nos casos não abrangidos pela lei, facilitar aos mais aptos, não portadores de diplomas, oportunidades de aperfeiçoamento, com o duplo resultado de permitir a sua elevação social, e o seu melhor aproveitamento para a economia do país.

Esta a ligação da obra do S.E.N.A.I. e de outras organizações de preparo de operários e comerciários, com o preparo e aperfeiçoamento de pessoal técnico de categoria. Os mais capazes saídos das escolas do S.E.N.A.I. ou recrutados por ele nas fábricas, ou por outro meio nos escritórios e repartições, devem ter oportunidades de suprir aqui as deficiências de instrução teórica, e fazer cursos ou estágios de aperfeiçoamento técnico, aqui ou nos Estados Unidos, onde a International Training Administration, de que adiante falaremos mais largamente, não exige diplomas superiores ou secundários para as suas bolsas de aprendizagem técnica.

O esforço que o S.E.N.A.I. está fazendo no programa de bolsas no estrangeiro para pessoal de categoria superior não pode ter a extensão desejada, já que o programa específico do S.E.N.A.I. é no terreno da aprendizagem técnica elementar e média. No programa que projetamos, o S.E.N.A.I. teria participação, e muito da sua experiência já poderia ser aproveitada.

O objetivo do programa extra do S.E.N.A.I. seria, porém, mais largamente atendido.

## PREPARAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO SÚPERIOR

Resta, assim, atacar o problema urgente do pessoal técnico superior, inclusive sem curso regular, para as imensas tarefas da organização do país no após guerra, com a expansão que se deseja e se espera. Sem pessoal superior não há nem mesmo mestres e instrutores de pessoal inferior, e não há progresso técnico, não há segurança de planejamento.

Num estudo anterior, sobre planificação, realizado para o C.N.P.I.C., tivemos ocasião de dizer:

“Alguns tópicos do recente Relatório do Dr. John Hopkins, integrante da Missão da Armour Foundation, que estudou as condições econômicas da Argentina durante cerca de um ano, são de grande atualidade para o Brasil e no particular para o projeto em foco.

As condições da Argentina, no tocante a pessoal científico e técnico, são quiçá superiores às brasileiras. A organização das suas Universidades não pode deixar dúvida, particularmente a idade e o prestígio que têm as Faculdades de Ciências e as Faculdades de Ciências Econômicas, ambas rigorosamente no nível universitário. Por outro lado parece indubitável que o Brasil é muito complexo, já social e geograficamente, já economicamente na sua estrutura atual que apresenta problemas muito mais intrincados que os da Argentina.

Entretanto, analisando a situação do pessoal em face do desenvolvimento da economia argentina, e Dr. Hopkins chegou à seguinte conclusão:

1. *Operários, inclusive qualificados* — Argentina bem servida.
2. *Pessoal administrativo das empresas, contadores, supervisores* — Argentina bem servida, principalmente pela obra de suas Faculdades de C. Econômicas, que tem nível universitário.
3. *Tecnólogos e*
4. *Pessoal administrativo superior, assessores, orientadores, investigadores, orientadores econômicos.*

A Argentina não dispõe de gente para estas classes!

Mostra que num país industrialmente pequeno, os tecnólogos têm a responsabilidade de não só estar ao corrente dos novos métodos, mas ainda de adiantar-se a estes. “O que se necessita com maior urgência num mundo de intensa competição como o atual, são conhecimentos mais amplos e profundos, que deem origem a contínuos aperfeiçoamentos” (pág. 35). E’ o que Marshall já dizia com a sua clássica autoridade: “Nos períodos de reconstrução econômica há uma procura urgente de capacidade criadora” (Ind. and Tr. — 358).

E’ evidente que no Brasil nunca se deu a atenção devida a este fundamental problema, que já preocupou o C.N.P.I.C. através da indicação de Arí Tôres sobre preparação de engenheiros.

As medidas propostas pelo Dr. Hopkins (que, note-se, não cogitou de uma planificação com o objetivo de apressar o ritmo do desenvolvimento econômico, mas simplesmente o melhor, aparelhamento da economia argentina) é um amplo programa de formação post-universitária :

1.º enviar ao estrangeiro, por ano, durante 10 anos, de 100 a 200 dos mais capazes, com formação universitária, para estudos durante 2 a 3 anos; "

2.º organização de um Instituto Post-Universitário (pois o método, o professorado na sua maioria, e a convivência com o estilo universitário de transmissão, de conhecimentos medidos são incompatíveis com aquela formação), com professores estrangeiros e os melhores nacionais, para trabalho individual com os alunos".

Colocada a questão nesta altura, passemos a examinar alguns dos seus aspectos no Brasil.

### MERCADO PRIVADO E MERCADO OFICIAL DE MÃO DE OBRA TÉCNICA

Devemos ter em vista, de início, a unidade do mercado nacional da mão-de-obra técnica, e assim não podemos distinguir muito o problema do preparo do pessoal para a indústria e comércio, do preparo de pessoal para as numerosas atividades técnicas da administração pública. Levamos em conta o papel do Estado no desenvolvimento de nossa economia. E ainda os deslocamentos de mão de obra entre um e outro mercado, conforme as circunstâncias : durante o período da depressão, as oportunidades e os salários nas atividades privadas são baixos, enquanto os serviços públicos se expandem, registrando-se então uma procura de empregos públicos de parte dos profissionais, e a escassez destes, nas atividades privadas; agora, vemos as repartições e autarquias se despovoarem, deixando claros muito numerosos, a ponto de chegarem à paralização de muitas atividades, porque a procura e os salários e rendimentos nas empresas privadas se elevaram a um nível muito superior ao das tabelas oficiais de vencimentos.

Entretanto, não apenas os serviços públicos estão hoje desfalcados : também carentes de pessoal técnico estão as empresas privadas.

Há uma escassez generalizada de pessoal técnico superior, não só quantitativa, como qualitativa.

Todos os dias estamos lendo reclamos, como o contido na observação do "Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior" (Setembro de 1944, pág. 6), de que os trabalhos desordenados de mineração se explicam pelo fato de não existi-

rem engenheiros de minas numa quantidade suficiente para atender a tôdas as necessidades.

A racionalização do trabalho, de que, depois do I.D.O.R.T., o D.A.S.P. se tornou apóstolo, promovendo a criação da esperançosa Fundação Getúlio Vargas, é realmente um imperativo inadiável, como têm compreendido os líderes de administração pública e muitas ilustres figuras da indústria e do comércio. Eles não deixarão, porém, de ter em vista que a racionalização não se realiza apenas com a mais ardorosa e tenaz das intenções, mas pressupõe a existência de gente que saiba como trabalhar bem, ou seja, que maneje menos as técnicas puras da organização racional do trabalho, que são um coroamento, do que as noções científicas que capacitem a conhecer e aproveitar os recursos, ou seja, a dominá-los, com rigor tecnológico e segurança econômica.

Se a administração pública federal procurar resolver o seu problema, sem que as autarquias e atividades privadas sejam supridas, as Divisões de Seleção e de Aperfeiçoamento do D.A.S.P. passarão a funcionar como um novo Ministério da Educação, e jamais darão conta, pela limitação dos seus recursos, das necessidades da administração, pois grande parte do pessoal só servirá nas repartições federais durante um estágio de aquisição de experiência, ou durante um período obrigatório por lei para quem teve oportunidades de viagens de aperfeiçoamento.

Considerando que a administração pública deve suprir as necessidades dos outros setores, mas não por esse meio, somos obrigados a tratar a questão cooperativamente, e de uma forma unitária.

E como o problema tem que ser encarado unitariamente, examinemo-lo nos dois setores; de administração pública e da economia privada.

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para atender aos seus referidos encargos, o Governo contava apenas com uma organização administrativa obsoleta. Os esforços, de que o D.A.S.P. é a melhor expressão, no sentido de a renovar, são notáveis, mas ainda estão longe de habilitá-la para um cumprimento razoável dos seus deveres, particularmente amplos e difíceis no Brasil.

Ter a sinceridade desta constatação parece-me ser uma das condições iniciais para se fazer qualquer coisa na administração pública brasileira. De

uma maneira especial desejo salientar o problema agudo do *peçoal*, que está sendo encaminhado no tocante às classes de rotina dos serviços de escritório, mas ainda reclama grandes e lúcidas medidas no tocante ao pessoal encarregado de atividades técnicas, criadoras, responsável direto pela tradução das diretrizes do Governo em termos executivos, ou encarregado natural de oferecer sugestões provocadoras das grandes medidas de governo.

Daí o baixo nível da administração brasileira, tão mais grave por se tratar de um país que tudo espera do governo e da administração.

Existem efetivamente pessoas competentes, mas, relativamente, em número por extremo reduzido. Algumas delas são figuras ilustradas. A tragédia está em que nem essas podem contribuir com o seu melhor trabalho, já que, sendo poucas, são solicitadas para muitas tarefas simultaneamente, não logram amadurecer os seus estudos, e além disso são obrigadas, por uma fatalidade sociológica, a fazer concessões à mentalidade estreita da grande maioria, sob pena de serem eliminadas.

Encontramos, por outro lado, na administração, muitas inteligências argutas, que não tiveram oportunidade de estudos regulares e básicos, mas progrediram admiravelmente numa experiência autodidática de trabalho e curiosidade intelectual. São, por vezes, inteligências perdidas num meio brilho e numa meia eficiência, vítimas de limitações de cultura e de deformações psíquico-sociais, para as quais um programa de aperfeiçoamento teria o papel de libertação de recalques e de valorização individual e funcional.

Verificamos, ainda, existir no serviço público uma percentagem vultosa de funcionários aos quais o Tesouro financia a aprendizagem de coisas elementares, em condições de duvidoso êxito para a aprendizagem, e a custo ainda de experiências de poder que, feitas as contas, saem caríssimas para a Nação.

Acreditamos que adequadas investigações sociológicas, ou de psicologia social, no ambiente das repartições, venham a indicar a necessidade da libertação de complexos mentais, como, por exemplo, os que se refletem na prematura satisfação com qualquer resultado ou solução, e na suscetibilidade à crítica. Já à primeira vista transparece a falta do que se pode chamar um espírito de pesquisa, ou seja, de procura, de aperfeiçoamento, de saudável insatisfação com os padrões existentes.

que faz com que, superando o derrotismo, nos preocupemos mais em corrigir as deficiências, como fazem os inteligentes chefes em empresas e os cientistas e técnicos verdadeiros, do que em descobrir e exaltar virtudes duvidosas dos trabalhos feitos, contentando-se com os aspectos formais e às vezes com os meros adjetivos da consagração, como faz a vaidade rasteira ou o desejo de destaque e promoção dos que não têm mais largos horizontes mentais.

Para prestigiar a inteligência na administração, é preciso de início aumentar consideravelmente o número de servidores de apurada e moderna formação intelectual, para que esta elite possa quebrar os padrões da tradicional mediocridade burocrática. Um pequeno número, como hoje existe, esbarra diante de uma formidável resistência, e por fim tende a decair, êle próprio.

Um programa de aperfeiçoamento deve completar o da seleção democrática para os cargos de carreira, suprimindo inclusive as deficiências do sistema escolar no particular.

Por fim, um amplo enriquecimento dos quadros pode alterar as condições estruturais do serviço público, criando um clima de debate, de pesquisa e de planejamento, necessariamente ligado a uma consciência de fins mais remotos, a um conhecimento de realidades mais profundas, a uma noção da interdependência de todos os fatores (e setores) da vida econômica e social — o que, é fácil de perceber, falta sensivelmente ao serviço público nacional.

Por outro lado, o problema da administração pública brasileira é que ela não conta com um país cujas instituições funcionem bem. Num país educado e organizado com certa suficiência, o papel da administração pública é cômodo, porque pouco influi na vida da Nação: se ela erra, a Nação reage no sentido de a corrigir, e se ela acerta, a Nação a ajuda no sentido de melhor executar, como a ajudou no pensar os programas. Mas, no Brasil, as responsabilidades da administração pública são muito maiores. Cabe à administração, em muitos casos, pensar sozinho, decidir, executar, sem maiores facilidades para os acertos e sem maiores resistências aos erros, antes enfrentando o risco dos fracassos técnicos, que agravam o ceticismo e o derrotismo das massas.

No terreno econômico, inclusive, poucos grupos de empreendedores particulares, têm consciência

dos problemas, além dos aspectos primários que se refletem na perspectiva imediata de sua empresa ou do seu distrito. Ao Estado, pois, cabe (o que não acontece em países mais evoluídos) suprir essa deficiência de tradição e de educação técnica e econômica, dando orientação ao mundo dos negócios e das iniciativas. Mas a verdade é que não o tem feito, porque lhe faltam, para isso principalmente, funcionários habilitados em número e qualidade. Muitas vezes tem sido visto como excelentes idéias são comprometidas pela incompetência dos órgãos destinados a desenvolvê-las e aplicá-las.

Não será preciso mostrar que a concepção deste papel da administração não reflete uma política de dirigismo econômico ou de planificação. Dentro mesmo de uma política liberal, cabe ao Estado criar as condições propícias ao desenvolvimento econômico, e dentre estas nenhuma tão fundamental como abrir caminho e provocar as iniciativas, com os estudos geográficos, os levantamentos econômicos, as pesquisas científicas e técnicas, a seleção de sementes, a assistência contínua a agricultores, industriais e comerciantes, que em nosso país estão em média desequipados das técnicas de produção e incapazes também de pressentir ou de levantar metódicamente as perspectivas dos mercados.

Sabemos, entretanto, a inidoneidade dos serviços técnicos governamentais (salvo poucas exceções), e a desconfiança pública que os cerca, aliás decorrente de fracassos acumulados. O episódio da Coordenação é ilustrativo, e se deve reconhecer que a Coordenação não tinha onde recrutar o suficiente pessoal técnico para o desempenho das suas delicadas funções.

Para vencer a desconfiança pública — a competência.

Outros exemplos não precisam ser dados. Os desastres econômicos a que assistimos durante a guerra são visivelmente devidos, em grande parte, à ignorância nos quadros técnicos.

Sabe-se a dificuldade que há até para encontrar professores para os cursos de aperfeiçoamento.

Uma larga política de aperfeiçoamento do pessoal deveria ter sido compreendida como uma consequência forçosa, um consectário natural, da lei de desacumulações. Mas, tal como aconteceu na Reforma do Ensino de 1931, estamos acostu-

mados a decretar medidas convenientes, mas não completá-las.

O programa de aperfeiçoamento técnico que o Governo, com a cooperação norte-americana, procurou fazer com os militares de todas as armas, enviando-os em massa aos Estados Unidos, sem medir despesas, deve forçosamente fazer agora com os civis, funcionários ou trabalhadores e estudiosos, até porque sem técnica civil e economia sólida não há força armada nos nossos tempos.

Uma circunstância muito infeliz para o Brasil é a conformação de muitos funcionários influentes, às vezes lúcidos sobre a situação de insuficiência que estamos analisando, mas que a consideram uma consequência fatal da nossa pobreza e da nossa *juventude*. Já não queremos falar do comodismo dos que não querem ser obrigados a estudar para competir, ou da tenaz resistência dos que, incapazes de atingir um padrão mais alto de eficiência, temem e procuram evitar, com venenoso derrotismo, os que procuram preparar-se para uma atuação menos precária no trato dos problemas públicos.

Voltando à esclarecedora comparação com outros povos, podemos constatar, sem discussão, que o funcionário *médio* brasileiro é flagrantemente menos competente do que o americano e do que o inglês. Ora, parece-me este um ponto essencial a estabelecer — ele precisa ser, em razão da maior atuação e responsabilidade que tem na vida do país, muitíssimo mais competente, a fim de que compense as desvantagens do meio, em pobreza, em receptividade, e em colaboração ativa, e bem assim de que supra o atraso em que vivemos, com a aplicação das técnicas mais seguras, avançadas e produtivas.

Até aqui focalizamos as necessidades presentes. Que dizer das futuras? Como enfrentar o desenvolvimento da economia brasileira, o maior volume e complexidade das atividades, que virão fatalmente, concomitantemente, como tudo indica, com uma atuação mais larga do Estado no campo dos empreendimentos econômicos?

E' óbvio que a administração não só deve estar apta para *esperar*, como principalmente deve preparar-se, e com urgência, para preparar esse futuro, cuja sorte no Brasil muito dependerá dela.

Parece-me um problema urgente o de mudar a atitude da administração pública em face do es-

tudo dos problemas do país, no sentido dela se antecipar a êstes, ou quando menos se antecipar à sua formulação mais aguda e aos reclamos dos grupos interessados. Certamente o estudo prévio e sistemático dos problemas, não só traria a segurança que não existe, mas também viria trazer a presteza no esclarecimento e solução de qualquer caso especial que se apresentasse. Portanto: economia. Mas para isso falta pessoal científico, quantitativa e qualitativamente.

Prevenindo-me contra a tendência de considerar o nosso tema, o tema do momento, como o principal, creio poder concluir não haver problema principal e mais urgente, para a administração pública, do que alterar pelo alto a composição dos seus quadros, preparando e aperfeiçoando pessoal *em massa*, se assim posso dizer.

Está claro, porém, que as necessidades de pessoal habilitado não se restringem à administração pública federal. Sentem-na também, talvez mais agudamente, as administrações dos Estados, Municípios, entidades autárquicas. E elas se estendem ainda a tôdas as atividades privadas, já na sua amplitude atual, e tanto mais na sua projeção futura.

Só ao Governo federal cabe resolver diretamente, ou coordenar recursos para uma solução unitária dêsse problema fundamental para o crescimento e organização do país, que é enriquecer os quadros do país, numa ampla escala, porque:

a) Todo o país é uma unidade econômica, dentro da qual se verificam constantes migrações, tanto no sentido geográfico, como no ocupacional (*data vênia* da liberdade da expressão), e isto é o fundamento da principal responsabilidade da União pelos ramos mais dispendiosos de ensino e aperfeiçoamento.

b) Do pessoal preparado apenas para a administração pública federal, grande parte seria fatalmente absorvida pela procura de empresas privadas, como acontece presentemente, se não houver abundante oferta de pessoal habilitado nessa categoria.

c) As organizações privadas não têm ainda capacidade de preparar o pessoal habilitado para a sua expansão, não há centros de ensino acessíveis, nem capacidade aquisitiva e interesse popular espontâneo que o levem ao preparo de pessoal para as nossas necessidades presentes, e muito menos para as futuras. Ainda aqui, o público vive muito incerto sobre o mercado futuro: não sabe que carreiras ou especializações serão mais procuradas numa perspectiva mais distante. Não está habituado senão a pensar no brilho das carreiras tradicionais. E não é capaz de capitalizar no preparo dos jovens, sobretudo com os grandes riscos da incerteza.

Cabe, pois, ao Governo federal promover a enérgica ampliação do mercado de trabalho técnico (assim incluindo todo o trabalho científico, cultural e diretivo), não só para as suas necessidades, mas para as necessidades de todo o país. E' esta uma das formas preliminares, e das mais eficazes e mais recomendáveis, de assistência do Estado às forças produtivas.

## PESSOAL PARA A PRODUÇÃO E COMÉRCIO

Os projetos brasileiros de expansão industrial colocam o problema em tôa a sua urgência. Como é possível expandirmos nossa produção e nossa organização econômica com um número tão pequeno de gente capaz? Evidentemente, só a custo de muitos erros, de muito desperdício de recursos e perda de tempo poderíamos esperar que o desenvolvimento econômico nos trouxesse o pessoal, em vez de, no sentido contrário, têmos de ante-mão o pessoal para prevenir os fracassos de planejamento e de execução e, em lugar dêstes, traçar os melhores projetos de expansão. Nenhuma aprendizagem mais cara que a feita através de aventuras e "experiências" em tôrno dos grandes problemas e empreendimentos vitais, envolvendo no risco, não os laboratórios e usinas-piloto de aprendizagem, mas tôda a vida econômica e social. Êsse método é tanto mais catastrófico num país pobre. Temos aqui também o problema de começar bem.

Antes, porém, de falar em expansão, devemos falar neste angustioso problema do reajustamento, a condições econômicas saudáveis, da nossa indústria, ou melhor, de todo o nosso aparelhamento de produção e distribuição, que arrasta as suas máquinas obsoletas, os seus processos anacrônicos, e vícios mentais e morais, e ainda por fim foi atacada pela febre da inflação. Como reformar os processos e reduzir os custos de produção sem pessoal capaz? Se não gastarmos muitas dezenas de mil contos para preparar êste pessoal novo, aproveitando as melhores virtualidades do antigo, estaremos impossibilitados de dar qualquer passo decisivo no sentido de romper a presente crise.

Parece-nos claro que não podemos persistir nessa ilusória e estéril dispersão de atividades, na aleatória felicidade dos improvisos, na extenuação dos que se multiplicam, prejudicando a melhor madureza de sua obra e quiçá a extensão da própria vida. Conseguimos freqüentemente preencher lugares mediante transferências de pessoas que dei-

xam sem substitutos adequados os lugares de origem. Isto é comum, internamente, na administração federal, mais grave, talvez alarmante, se apresenta na gradual extenuação que Rio e São Paulo fazem das reservas de pessoal mais habilitado e enérgico dos Estados.

Esta exaustão dos centros regionais é um fator contrário à expansão do comércio interno de mercadorias, bem como de valores culturais, principal esteio da força do país.

#### TÉCNICA E INVERSÕES ESTRANGEIRAS

A projeção internacional dos problemas do futuro próximo do país reclama também uma solução imediata e larga do problema em foco. Podemos dizer que muito tempo perdemos. E se não cuidarmos imediatamente do problema, já teremos perdido a primeira batalha na luta para ganhar a paz.

Conforme ficou bem claro em Rye, na International Business Conference, uma das condições para um país merecer a atenção dos países capitalistas seria apresentar pessoal capaz de alcançar a mais completa produtividade do capital com o emprêgo dos métodos mais adiantados de utilização dos recursos. Assim, diz o Relatório da Secção de Investimentos :

“As inversões externas que não são relacionadas com os métodos mais adiantados de utilização do capital ficam impedidas de alcançar completa produtividade no país de destino. A eficiência de execução deverá ser mantida através da seleção do melhor pessoal técnico e administrativo disponível, seja êle residente no país ou no estrangeiro. Os países que importam capital não deverão impor restrições à sua aplicação técnica, nem limitar o pessoal estrangeiro para sua utilização efetiva, onde quer que esta necessidade seja justificada”.

No Relatório sobre “Industrialização de Áreas Novas”, ficou estabelecido que :

“Os países que desejarem industrialização crescente deverão reconhecer que o sucesso de seus esforços dependerá largamente dos seguintes pontos :

c) disponibilidade de direção, nacional, ou estrangeira, e da mão de obra com o necessário grau de especialização”.

Adiante o mesmo Relatório recomenda que “a direção e o pessoal técnico do país exportador de capitais deverão ser livremente admitidos no país que deseja a industrialização, e deverão receber

tratamento igual ao do pessoal admitido “in loco”. E’ importante — acrescenta — que o pessoal local seja preparado tão rápida e eficazmente quanto possível para a participação na responsabilidade administrativa e técnica. A educação e o treinamento dêsse pessoal local deverão ser intensivamente empreendidos no país que exporta capital, e onde as técnicas necessárias têm origem”.

A Conferência firmou que o *know-how* é fundamental às pretensões de industrialização e à candidatura ao capital estrangeiro. As condições do Brasil estão longe de impressionar, no particular. E aqui só o Estado pode prontamente resolver o problema.

Na Conferência de Chapultepec também se estabeleceu, entre as condições fundamentais para a industrialização de um país novo com a cooperação dos super industrializados, a existência de pessoal técnico das várias categorias.

#### O HOMEM COMO RECURSO DE PRODUÇÃO

Somos um país pobre e atrasado. Nossos recursos variados, não são fáceis, e esperam uma adequação da técnica e da política às suas condições reais. Isto faz ressaltar a importância do homem como fator de produção. Nenhum patrimônio maior, mesmo para os países ricos, do que o homem. Quanto mais para os países novos e pobres.

Morris L. Cooke, no seu livro “Brazil on the March”, falando sobre a riqueza e diversidade dos recursos naturais do Brasil e a carência da habilitação técnica, disse : “Mas começa a ser reconhecido pelos nossos *business philosophers* que o *know-how* técnico pode facilmente suplantar no ativo nacional mesmo os mais ricos depósitos de recursos naturais. E’ concebível perfeitamente que uma nação relativamente pobre de recursos naturais possa, nestes dias de energia elétrica, eletrônicos, sintéticos e plásticos, atingir um alto nível de riqueza e de vida, através do assíduo cultivo de sua tecnologia” (págs. 14 e 15).

O homem figura assim, do ponto de vista nacional, como um capital. Mas um capital que se pode multiplicar facilmente, não só pelo aumento quantitativo, com a imigração, mas com o aumento qualitativo, isto é, a valorização pela saúde e pela habilitação para produzir. A velha frase de Rui Barbosa, de que o capital invertido na educação é altamente reprodutivo — verdade que ainda não

foi compreendida no Brasil — é particularmente verdadeira no campo restrito em que nos colocamos — o do aperfeiçoamento do pessoal.

Não nos cumpre colocar o problema geral de uma política sanitária e educacional, (e aliás não é possível nenhuma política larga de organização nacional na carência de elites que sofremos) e nem mesmo o de uma política de educação profissional, mas apenas a do aperfeiçoamento do mais apto pessoal existente, tanto entre os que tiveram apenas um tirocínio prático ou oportunidade elementares de instrução técnica, como os que já contam com uma preparação mais sólida.

E' evidente que, com os mesmos recursos, a maior habilidade e o espírito inventivo retiram maior proveito. Se tanto nos importa adquirir máquinas novas para substituir e ampliar os parques de máquinas obsoletas, muito mais importante é contar com gente atualizada nas conquistas da técnica e capaz de adaptar e descobrir novas soluções, o que, apesar de mais importante, é talvez mais fácil, ao menos relativamente ao capital que precisaremos inverter.

Devemos ressaltar particularmente que a remuneração individual das habilidades excepcionais é muito maior do que o custo do seu preparo. E nunca a sociedade paga o verdadeiro rendimento econômico das habilidades excepcionais. E' o problema econômico do aproveitamento dos mais aptos, de que no Brasil, apesar das experiências vitoriosas de muitos países, ainda não nos apercebemos (mesmo deixando de lado um aspecto substancial da questão, que é o seu sentido democrático).

O famoso economista Alfred Marshall disse :

“O valor econômico de um único gênio industrial é suficiente para cobrir as despesas da educação de toda uma cidade, pois uma única idéia, como por exemplo o grande invento de Bessener, aumenta tanto a capacidade produtora da Inglaterra com o trabalho de cem mil homens”.

Desarmados de instrução, os maiores talentos são apenas pouco mais produtivos que o homem vulgar. Habilitados, porém, com os conhecimentos acumulados e os recursos de investigação, de observação e de comando, êles realizam proezas cujo valor econômico chega por vezes ao fantástico. Daí o interesse econômico primordial de cultivar as habilitações excepcionais.

O aperfeiçoamento dos operários mais talentosos, ou dos funcionários e dos diplomados mais argutos, mais capazes, exige despesas muito reduzidas em comparação com o valor econômico ganho pelo trabalho dos mesmos. Trata-se, pois, de uma forma segura de aumento do ativo nacional.

Esta é mais uma razão para o poder público se lançar decididamente a esta tarefa de aparelhamento nacional e de enriquecimento do nosso povo.

#### IMIGRAÇÃO E PESSOAL TÉCNICO BRASILEIRO

Considerando ainda um outro aspecto, o Brasil precisa importar, por iniciativa e interesse próprio, e por natural imposição dos exportadores de capital, um número avultado, muitos milhares certamente, de técnicos estrangeiros.

O choque, na estrutura social brasileira, pelo contato dessa massa de gente superiormente habilitada para assumir posições chave, não deve ser motivo para que o evitemos; mas seguramente deve ser previsto. Não devemos prosseguir numa política tímida de evitar os riscos que nos habilitam aos grandes benefícios. Precisamos de imigrantes. Mas ao mesmo tempo, de preparar em grande número pessoal brasileiro, não para ter privilégio, mas para competir em condições de relativa equivalência técnica, e com a necessária vantagem de conhecer o ambiente brasileiro e saber mais seguramente manejá-lo.

Um outro aspecto a considerar é que um povo não se organiza economicamente, baseado no conselho estrangeiro. Cada país apresenta uma estrutura de recursos e uma estrutura social diferentes, e si uma técnica isolada pode ser universal, o manejo das técnicas é um problema de organização para o qual só estará apto normalmente um nacional, com a sua sensibilidade política e social. O próprio programa de pesquisa, embora não se isole, se diferencia de acôrdo com os recursos do país. De sorte que é fundamental a um povo preparar o seu pessoal técnico, apreendendo inicialmente as *mais recentes conquistas* da ciência e da técnica estrangeiras.

#### ESTAMOS DESARMADOS PARA UM PROGRAMA DE EXPANSÃO

Se em vez de considerarmos o crescimento normal, espontâneo, tivermos em vista um largo pro-

grama de industrialização para elevar a nossa produção em 10 ou 15 anos, de 1/25 para 1/7 da produção per capita americana, como propôs o Senhor Roberto Simonsen, justamente impressionado com os índices alarmantes de pobreza no Brasil, constataremos ser impraticável, com o quantitativo e a qualidade do pessoal disponível, uma substancial elevação, não só no volume da produção, mas também na produtividade do homem, isto é, em relação aos recursos de produção empregados.

Para citar só uma cifra acessível, o número de engenheiros no Brasil orça em 9.500, dos quais apenas cerca de 8.000 em atividade. Sabemos o vultoso número de vagas que existe por preencher nos vários serviços públicos de caráter técnico, e a procura crescente das indústrias. Portanto, o número de nossos engenheiros não atende às necessidades mínimas da nossa atual estrutura econômica. Esta é aliás uma das origens da baixa produtividade dos nossos recursos de produção.

Não entro na apreciação da *qualidade* do preparo dos nossos engenheiros, a qual tomo por boa. Supondo que os 8.000 presentes constituíssem

uma quantidade correspondente ao nosso nível atual de produção, teríamos, por simples multiplicação, uma necessidade de 32.000, para ampliar por 4, nos próximos dez a quinze anos, a produção nacional. Devemos, porém, notar que nossa produção é quase toda empírica, numa base natural e primitiva, e que toda ampliação da estrutura de produção, e da produção mesma, implica num crescente contingente de técnica, portanto de engenheiros, cientistas, directores, técnicos, e assim, a proporção não é aritmética.

Comparando com cifras de outros países, teremos uma idéia da carência de engenheiros no Brasil. Os Estados Unidos contam com cerca de . . . 280.000 deve-se levar em conta a diferença de formação, mas também a existência, além destes, de dezenas de milhares de pesquisadores científicos e tecnológicos.

E a Argentina conta com mais de 5.000. Na proporção americana deveríamos possuir mais de 120.000. Na proporção argentina, deveríamos contar com mais de 16.000. Mas na Argentina se processa hoje uma poderosa campanha para multiplicar o número dos seus técnicos de todos os graus.